

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,  
EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE  
COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES**

**PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES**  
Emissora

**E**

**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**  
Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas

\_\_\_\_\_  
Data  
09 de junho de 2014  
\_\_\_\_\_



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES**

Pelo presente instrumento particular,

1. **PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES S.A.**, sociedade por ações de capital fechado com sede na Cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, na Avenida Portuária Vicente Coelho, nº 1, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 01.335.341/0001-80, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada “Emissora” ou “Companhia”); e
2. **PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**, instituição autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representado na forma de seu contrato social, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente emissão (doravante denominados “Agente Fiduciário” e “Debenturistas”, respectivamente), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei nº 6.404/76”);

vêm, por esta e na correta forma de direito, celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes” (“Debêntures”, “Emissão” e “Escritura”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

**CLÁUSULA I  
AUTORIZAÇÕES**

1.1. Autorizações Societárias da Emissora. Esta Escritura, o “Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Segunda Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Três Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da Companhia”, celebrado nesta data entre a Emissora e as Instituições Intermediárias (“Contrato de Distribuição”), o Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, o Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport e o Segundo Aditamento ao



Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave, conforme definidos na Cláusula 5.7.1 a 5.7.6 abaixo, são celebrados com base na deliberação tomada na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 09 de junho de 2014 (“AGE da Emissora”), nos termos do artigo 59 da Lei nº 6.404/76, e na Reunião do Conselho Administração da Companhia, realizada em 09 de junho de 2014 (“RCA da Emissora”), nos termos do artigo 14 do estatuto social da Emissora.

1.2. Outras Autorizações Societárias. O Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, conforme definido na Cláusula 5.7.1, foi aprovado pela TPI Log S.A. (“TPI Log”), em Reunião do Conselho de Administração (“RCA da TPI”) realizada em 09 de junho de 2014, pela TPI – Triunfo Participações E Investimentos S.A. (“Triunfo Participações”), em Reunião do Conselho de Administração (“RCA da Triunfo”) realizada em 09 de junho de 2014, e pela Bakmoon Investments Inc. (“Bakmoon”), por meio de deliberação realizada em 16 de abril de 2014 (“Deliberação da Bakmoon”). O Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes, conforme definido na Cláusula 5.7.4, foi aprovado pela Iceport Terminal Frigorífico de Navegantes S.A. (“Iceport”) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2014 (“AGE da Iceport”) e pela Teconnave Terminal de Containeres de Navegantes S.A. (“Teconnave”) em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de junho de 2014 (“AGE da Teconnave”).

1.3. Autorização dos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures da Emissora. Esta Escritura, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes e Recebíveis, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, o Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport, o Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e o Contrato de Compartilhamento de Garantias (conforme definido na Cláusula 5.7 abaixo) são celebrados com base na Assembleia Geral dos Debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia (conforme escritura de emissão datada de 11 de julho de 2012, posteriormente aditada em 18 de dezembro de 2012 e em 09 de junho de 2014), realizada em 09 de junho de 2014 (“AGD da Primeira Emissão” e “Primeira Emissão”, respectivamente).

## CLÁUSULA II REQUISITOS

2.1. A Emissão é feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1. Arquivamento e Publicação de Deliberações Societárias. A ata da AGE da Emissora, a ata de RCA da Emissora e a ata da AGD da Primeira Emissão serão arquivadas na Junta Comercial do



Estado de Santa Catarina (“JUCESC”), e as atas da AGE da Emissora, da RCA da Emissora e AGD da Primeira Emissão serão publicadas no “Diário Oficial do Estado de Santa Catarina” e no jornal “Diário Catarinense”, nos termos do artigo 62, I, da Lei nº 6.404/76.

2.1.1.1. As atas da RCA da TPI, da RCA da Triunfo, da AGE da Iceport e da AGE da Teconave serão arquivadas nas competentes juntas comerciais e publicadas nos termos da Lei nº 6.404/76.

2.1.2. Inscrição da Escritura e de seus Aditivos. Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCESC, nos termos do artigo 62, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76.

2.1.3. Registro Para Distribuição e Negociação. As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada através da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do Cetip21 – Títulos e Valores Mobiliários, administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.4. Não obstante o descrito na Cláusula 2.1.3 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme definidos na Cláusula 4.5 abaixo) nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias, contados da data de subscrição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ainda ao cumprimento, pela Emissora, das obrigações descritas no artigo 17 da Instrução CVM 476 (conforme definido abaixo).

2.1.5. Dispensa de registro na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). As Debêntures serão distribuídas com esforços restritos nos termos da Instrução CVM nº 476 de 16 de janeiro de 2009 (“Oferta Restrita” e “Instrução CVM 476”, respectivamente). Por esse motivo, a presente Oferta Restrita está automaticamente dispensada do registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476.

2.1.5.1 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”). A Oferta poderá vir a ser registrada na ANBIMA exclusivamente para fins de envio de informações para a base de dados da ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º, inciso I, e do Parágrafo 2º, ambos do artigo 1º do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários atualmente em vigor, condicionado à expedição de diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para o cumprimento desta obrigação.

2.1.6. Registro dos Contratos de Garantia. O Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, o Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport, o Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave, o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, celebrados nesta data, para a constituição das Garantias (conforme definido na Cláusula 5.7 abaixo) ("Aditamentos aos Contratos de Garantia") e, em conjunto com os respectivos contratos de garantia originais "Contratos de Garantia", e o Contrato de Compartilhamento de Garantias, também celebrado nesta data, deverão ser averbados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos ou em Registro Geral de Imóveis à margem dos respectivos registros dos Contratos de Garantia, na forma prevista pela Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, sem prejuízo das demais medidas necessárias para seu aperfeiçoamento, nos prazos previstos nos respectivos Aditamentos aos Contratos de Garantia, observado o disposto na Cláusula 7.2. abaixo, itens "n" e "o". Adicionalmente, a alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, da Iceport e da Teconnave constituídas nos termos das Cláusulas 5.7.5 e 5.7.6 abaixo, deverá ser averbada no Livro de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Iceport ou da Teconnave (conforme o caso). A Emissora deverá encaminhar ao Agente Fiduciário os Aditamentos aos Contratos de Garantia devidamente averbados nos respectivos cartórios, bem como as cópias dos Livros de Registro de Ações Nominativas da Emissora, da Iceport e da Teconnave comprovando a averbação da alienação fiduciária das ações, nos prazos previstos nos respectivos Aditamentos aos Contratos de Garantia.

### **CLÁUSULA III**

#### **OBJETO SOCIAL DA EMISSORA**

3.1. A Emissora tem por objeto social a exploração, operação e administração de serviços portuários seja de cargas próprias ou de terceiros; exploração, administração, operação e concessão de arrendamentos de terminais portuários; exploração, operação e administração de serviços de transporte em geral, complementares ou não às atividades portuárias, agenciadora de frete, em atividades de marinha mercante, bem como serviços de assistência técnica e outros ligados à infraestrutura portuária, tais como abastecimento de bordo, limpeza e higienização de navios; realização de atividades de importação e exportação; operação de terminais alfandegados ou estações aduaneiras, inclusive para movimentação e armazenagem de carga alfandegada; participação como sócia ou acionista em outras sociedades.

### **CLÁUSULA IV**

#### **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

4.1. Destinação dos Recursos. O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição pública com esforços restritos das Debêntures será destinado à recomposição de caixa da Emissora.



- 4.2. Número da Emissão. Esta é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.
- 4.3. Número de Séries. As Debêntures serão emitidas em 03 (três) séries.
- 4.4. Valor Total da Emissão. O valor total da Emissão é de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), em três séries, na Data de Emissão, conforme definido na Cláusula 5.1.3 (“Valor Total da Emissão”), sendo R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) o valor total da 1ª (primeira) série (“Primeira Série”), R\$ 127.500.000,00 (cento e vinte sete milhões, quinhentos mil reais) o valor total da 2ª (segunda) série (“Segunda Série”) e R\$ 127.500.000,00 (cento e vinte sete milhões, quinhentos mil reais) o valor total da 3ª (terceira) série (“Terceira Série” e, em conjunto com a Primeira Série e a Segunda Série, “Séries”).
- 4.5. Colocação e Distribuição. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição para a totalidade das Debêntures, com intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. (“Coordenador Líder”) e do Banco BTG Pactual S.A. (“Coordenador” e em conjunto com o Coordenador Líder, “Instituições Intermediárias”), instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, e destinadas exclusivamente à subscrição por investidores qualificados (“Investidores Qualificados”), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), observados os artigos 3º e 4º da Instrução CVM 476.
- 4.5.1 No âmbito da Oferta Restrita: (i) somente será permitida a procura de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados pelas Instituições Intermediárias; (ii) as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados; e (iii) os Investidores Qualificados que sejam pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 deverão subscrever Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos dos artigos 3º e 4º da Instrução CVM 476. Adicionalmente, fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos acima, conforme o parágrafo único do artigo 3º da Instrução CVM 476.
- 4.5.2. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando a respectiva condição de Investidor Qualificado e estar ciente, especialmente, mas não limitadamente, de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas na Instrução CVM 476 e nesta Escritura; e (iii) efetuou sua própria análise com relação à qualidade e riscos das Debêntures e da Emissora, bem como sobre a constituição, suficiência e exequibilidade das Garantias.



4.6. Negociação. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Cetip21, administrado e operacionalizado pela CETIP sendo a liquidação financeira da negociação e a custódia eletrônica realizada pela CETIP, observando-se os termos da Instrução CVM 476.

4.7. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário. O banco liquidante será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04309-010, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante") e a instituição depositária será a Itaú Corretora de Valores S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, CEP 04309-010, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

## CLÁUSULA V CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. São características básicas das Debêntures:

5.1.1. Valor Nominal Unitário. O valor nominal unitário das Debêntures ("Valor Nominal Unitário") será de R\$100.000,00 (cem mil reais), na Data de Emissão.

5.1.2. Quantidade de Debêntures Emitidas. Serão emitidas 3.000 (três mil) Debêntures, sendo 450 (quatrocentas e cinquenta) Debêntures da Primeira Série, 1.275 (mil duzentos e setenta e cinco) Debêntures da Segunda Série e 1.275 (mil duzentos e setenta e cinco) Debêntures da Terceira Série.

5.1.3. Data de Emissão. Para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 27 de junho de 2014 ("Data de Emissão").

5.1.4. Prazo e Data de Vencimento. As Debêntures da Primeira Série terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 27 de junho de 2021 ("Data de Vencimento da Primeira Série"); as Debêntures da Segunda Série terão prazo de vencimento de 84 (oitenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 27 de junho de 2021 ("Data de Vencimento da Segunda Série"); e Debêntures da Terceira Série terão prazo de vencimento de 78 (setenta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo em 27 de dezembro de 2020 ("Data de Vencimento da Terceira Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série e a Data de Vencimento da Segunda Série, "Data de Vencimento") ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de amortização antecipada facultativa e de resgate antecipado facultativo, nos termos das Cláusulas VI e VII abaixo.

5.1.5. Forma. As Debêntures serão da forma nominativa, escritural, e não contarão com a emissão de certificados.

5.1.6. Comprovação da Titularidade. Para todos os fins e efeitos de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de Debêntures.

5.1.7. Conversibilidade em Ações. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.1.8. Espécie. As Debêntures serão da espécie com garantia real.

5.1.9. Prazo e Formas de Subscrição e Integralização. As Debêntures serão subscritas na Data de Emissão, sendo integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP. Os recursos captados com a distribuição das Debêntures serão depositados na conta vinculada de titularidade da Emissora, nº 130056447, agência 2271, mantida no Banco Santander (Brasil) S.A. ("Conta Vinculada").

5.2. Atualização do Valor Nominal Unitário.

5.2.1. Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série: Não haverá atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série.

5.2.2. Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série: O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série será atualizado pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"), a partir da Data de Emissão até a integral liquidação das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série (respectivamente, "Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série" e "Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto, "Atualização Monetária"), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

Onde:

*pmi*

*[assinatura]*

*[assinatura]*





VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = Fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[ \left( \frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{dup/dut} \right]$$

Onde:

n = Número total de índices utilizados na atualização das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, sendo “n” um número inteiro;

dup = número de dias úteis entre a última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série (conforme definido abaixo), conforme aplicável, e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do IPCA, sendo “dup” um número inteiro;

dut = número de dias úteis entre a última e a próxima Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série (conforme definido abaixo), conforme aplicável, sendo “dut” um número inteiro;

NI<sub>k</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, do ativo. Após a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, será o valor do número-índice do mês de atualização;

NI<sub>k-1</sub> = valor do número-índice do mês anterior ao mês “k”.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste desta Escritura ou qualquer outra formalidade.

Caso no mês de atualização o IPCA não esteja ainda disponível, será utilizada a última variação disponível do índice de preços em questão, observado o disposto nas Cláusulas 5.2.2.1, 5.2.2.2 e 5.2.2.3.

5.2.2.1. No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizada, em sua substituição, o índice que a BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros adotar em contratos indexados ao IPCA, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas Segunda Série e da Terceira Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do término do Período de Ausência do IPCA ou da data de extinção ou de impossibilidade de sua aplicação às Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar a AGD (conforme definido abaixo) (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, pelos Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 5.2.2.2 abaixo. Tal AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA, da data da extinção ou da data de impossibilidade de aplicação do IPCA por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. Até a deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura em relação aos Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série, o índice que a BM&FBovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros adotar em contratos indexados ao IPCA, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas Segunda Série e da Terceira Série.

5.2.2.2. Caso na AGD prevista acima não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação da Segunda Série e da Terceira Série, a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da AGD ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, de acordo com o procedimento previsto na Cláusula 6.2 abaixo, em data a ser estipulada pela Emissora, o qual não excederá a respectiva Data de Vencimento da Segunda Série ou Data de Vencimento da Terceira Série, conforme aplicável. Para cálculo da Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, será utilizada



para cálculo do fator “C” previsto na Cláusula 5.2.2 acima a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura para fins de cálculo da Atualização Monetária.

5.2.2.3 Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da AGD, a referida AGD não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do referido fator “C” no cálculo da Atualização Monetária.

5.3. Remuneração das Debêntures da Primeira Série. As Debêntures da Primeira Série farão jus ao pagamento de juros remuneratórios estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros-DI de um dia, denominadas “Taxas DI over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Sobretaxa” e, em conjunto com a Taxa DI, “Remuneração das Debêntures da Primeira Série”), calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, desde a Data de Emissão ou do último Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo), e pagos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, de acordo com a fórmula indicada na Clausula 5.3.3 abaixo.

5.3.1. Farão jus ao recebimento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aqueles que forem titulares de Debêntures da Primeira Série ao final do dia útil imediatamente anterior à Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo). O pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

5.3.1.1. Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.3.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será paga em 14 (quatorze) parcelas semestrais nos meses de junho e dezembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de dezembro de 2014 e o último em 27 de junho de 2021 (cada uma das datas de pagamento da Remuneração das Debêntures da



Primeira Série, “Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures Primeira Série”), de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

<b>Parcela</b>	<b>Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série</b>
1)	27 de dezembro de 2014
2)	27 de junho de 2015
3)	27 de dezembro de 2015
4)	27 de junho de 2016
5)	27 de dezembro de 2016
6)	27 de junho de 2017
7)	27 de dezembro 2017
8)	27 de junho de 2018
9)	27 de dezembro de 2018
10)	27 de junho de 2019
11)	27 de dezembro de 2019
12)	27 de junho de 2020
13)	27 de dezembro de 2020
14)	27 de junho de 2021

5.3.3. Cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série. A Remuneração das Debêntures da Primeira Série deverá ser calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times [(FatorDI \times FatorSpread) - 1]$$

onde:

- J** valor da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida no final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe** Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, inclusive, até o término do Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:



$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

onde:

$k$  número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n$ ;

n número total de Taxas DI consideradas em cada Período de Capitalização das Debêntures da Primeira Série, sendo "n" um número inteiro;

TDIk	Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;
------	---

$$TDI_k = \left( \frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

Dik Taxa DI divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread      Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma;

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

*spread* *spread* ou sobretaxa equivalente a 2,2500 (dois inteiros e vinte e cinco centésimos);

DP número de dias úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em questão, sendo “DP” um número inteiro;



O fator resultante da expressão  $(1 + TDik)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários  $(1 + TDik)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão  $(FatorDI \times FatorSpread)$  é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

Se na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada, em sua substituição, na apuração de  $TDik$  a última Taxa  $DIK$  divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias corridos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures da Primeira Série.

5.3.3.1. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos da data esperada para sua divulgação ("Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis a contar do término do Período de Ausência da Taxa DI ou da data de extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures da Primeira Série, conforme o caso, convocar a AGD (no modo e prazos estipulados nesta Escritura e no artigo 124 da Lei nº 6.404/76), para a deliberação, pelos Debenturistas da Primeira Série, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM nº 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Primeira Série em vigor. Tal AGD será realizada no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI, da data da extinção ou da data de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso. Até a

deliberação do novo parâmetro, será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura em relação aos Debenturistas da Primeira Série, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da AGD, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.3.3.2. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da AGD, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.

5.3.3.3. Caso não haja acordo sobre a taxa substituta entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.4.1 abaixo) da Primeira Série, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias úteis a contar a partir da data de realização da AGD, qual a alternativa escolhida dentre as abaixo:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em Circulação da Primeira Série, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva AGD, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração das Debêntures da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo da Remuneração das Debêntures da Primeira Série aplicável às Debêntures da Primeira Série a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da AGD; ou
- (ii) a Emissora deverá apresentar um novo cronograma de amortização da totalidade das Debêntures da Primeira Série, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série. Durante o novo cronograma de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa substituta a ser definida por Debenturistas da Primeira Série reunidos em AGD, de acordo com o estabelecido na Cláusula X abaixo, sendo que a taxa substituta definida na AGD deverá ser aprovada por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série. Caso a respectiva taxa substituta seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa



deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação da Primeira Série quanto à taxa substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa (i) acima.

**5.3.4 Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série.** A remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série corresponderá aos Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme disposto na Cláusula 5.3.4.1 abaixo (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série”, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração”).

**5.3.4.1. Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável, incidirão juros, correspondentes a um percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, equivalente a 8,40% (oito inteiros e quarenta centésimos por cento) ao ano, incidentes desde a Data de Emissão, ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme aplicável (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série”). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série serão calculados em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis* por dias úteis e de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNa \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série da Terceira Série, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros_{16} = \left[ \left( 1 + \frac{Taxa}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$





onde:

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, equivalente a 8,40% (oito inteiros e quarenta centésimos por cento) ;

DP = número de dias úteis entre a data de emissão, ou última Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "DP" um número inteiro, conforme tabela da Cláusula 5.3.4.2 e 5.3.4.3.

5.3.4.2. Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série. A Remuneração das Debêntures da Segunda Série será paga em 14 (quatorze) parcelas semestrais nos meses de dezembro e junho de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 27 de dezembro de 2014 e o último em 27 de junho de 2021 (cada uma das datas de pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série, "Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série"), de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série
1)	27 de dezembro de 2014
2)	27 de junho de 2015
3)	27 de dezembro de 2015
4)	27 de junho de 2016
5)	27 de dezembro de 2016
6)	27 de junho de 2017
7)	27 de dezembro de 2017
8)	27 de junho de 2018
9)	27 de dezembro de 2018





10)	27 de junho de 2019
11)	27 de dezembro de 2019
12)	27 de junho de 2020
13)	27 de dezembro de 2020

5.3.4.4 Define-se “Período de Capitalização das Debêntures da Segunda e Terceira Série” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, ou na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, e termina na Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série sucede o anterior sem solução de continuidade.

5.3.5. Caso uma Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série não seja um dia útil, o pagamento deverá ser realizado no dia útil imediatamente subsequente.

5.3.5.1 Farão jus à Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série aqueles que sejam titulares de Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série ao final do dia útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série. O pagamento da Remuneração das Debêntures da Segunda Série e Terceira Série será feito pela Emissora aos Debenturistas, de acordo com as normas e procedimentos da CETIP.

5.4. Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será amortizado em 13 (treze) parcelas semestrais, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição facultativa e de resgate antecipado facultativo previstas nas Cláusulas VI e VII abaixo (“Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série”), sendo o primeiro pagamento devido em 27 de junho de 2015 e o último em 27 de junho de 2021 (cada uma das datas de pagamento da Amortização, “Data de Amortização das Debêntures da Primeira Série”), nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

*pm*

*[Handwritten signature]*



Parcela	Percentual de Amortização	Data de Amortização
1)	2,00%	27 de junho de 2015
2)	2,00%	27 de dezembro de 2015
3)	5,00%	27 de junho de 2016
4)	5,00%	27 de dezembro de 2016
5)	9,00%	27 de junho de 2017
6)	11,00%	27 de dezembro 2017
7)	9,00%	27 de junho de 2018
8)	11,00%	27 de dezembro de 2018
9)	10,00%	27 de junho de 2019
10)	11,00%	27 de dezembro de 2019
11)	9,50%	27 de junho de 2020
12)	10,00%	27 de dezembro de 2020
13)	5,50%	27 de junho de 2021

5.4.1 Amortização do Saldo do Valor Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série. O Valor Nominal Unitário atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 07 (sete) parcelas anuais e consecutivas, nos percentuais e datas abaixo indicados, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição facultativa e de resgate antecipado facultativo previstas nas Cláusulas VI e VII abaixo (“Amortização do Saldo do Valor Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série”), sendo o primeiro pagamento devido em 27 de junho de 2015 e o último em 27 de junho de 2021 (cada uma das datas de pagamento da Amortização, “Data de Amortização das Debêntures da Segunda Série”), nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Percentual de Amortização	Data de Amortização
1)	4,00%	27 de junho de 2015
2)	10,00%	27 de junho de 2016
3)	18,00%	27 de junho de 2017
4)	18,00%	27 de junho de 2018
5)	20,00%	27 de junho de 2019
6)	19,00%	27 de junho de 2020
7)	11,00%	27 de junho de 2021

5.4.2 Amortização do Saldo do Valor Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série. O Valor Nominal Unitário atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Terceira Série será amortizado em 06 (seis) parcelas anuais e consecutivas, nos percentuais e datas abaixo

indicados, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de aquisição facultativa e de resgate antecipado facultativo previstas nas Cláusulas VI e VII abaixo (“Amortização do Saldo do Valor Unitário Atualizado das Debêntures da Terceira Série”, e, em conjunto com a Amortização do Saldo do Valor Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série e a Amortização do Saldo do Valor Unitário das Debêntures da Primeira Série, “Amortização”), sendo o primeiro pagamento devido em 27 de dezembro de 2015 e o último em 27 de dezembro de 2020 (cada uma das datas de pagamento da Amortização, “Data de Amortização das Debêntures da Terceira Série”), nos percentuais e de acordo com o seguinte cronograma de pagamento:

Parcela	Percentual de Amortização	Data de Amortização
1)	4,00%	27 de dezembro de 2015
2)	10,00%	27 de dezembro de 2016
3)	22,00%	27 de dezembro de 2017
4)	22,00%	27 de dezembro de 2018
5)	22,00%	27 de dezembro de 2019
6)	20,00%	27 de dezembro de 2020

5.5. Repactuação. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.6. Condições de Pagamento. São condições de pagamento das Debêntures:

5.6.1. Local de Pagamento. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, utilizando-se as normas e procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas pela CETIP.

5.6.2. Imunidade Tributária. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

5.6.3. Prorrogação dos Prazos. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro Encargo Moratório, se a data de vencimento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou dia em que não houver expediente bancário na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, ressalvados os casos de feriados municipais para os pagamentos que devam ser realizados por meio da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo.



5.6.4. Encargos Moratórios. Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória convencional fixa de 2,0% (dois por cento) e juros de mora de 1,0% (um por cento) ao mês, ambos calculados pelo Agente Fiduciário, sobre os valores em atraso, encargos moratórios esses calculados desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (“Encargos Moratórios”).

5.6.5. Decadência dos Direitos aos Acréscimos. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 5.6.3, o não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos Moratórios, se houver, relativos ao período em atraso.

5.7. Garantias. Para assegurar o cumprimento de todas as obrigações, principal ou acessórias, presentes ou futuras, assumidas ou que venham a sê-lo pela Emissora por força desta Escritura, especialmente do pagamento integral e pontual das Debêntures, acrescidas da Remuneração, juros compensatórios e moratórios, comissões, multas, tributos, tarifas, outros encargos, judiciais ou não, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos titulares das Debêntures (“Obrigações Garantidas”), as Debêntures contam com as seguintes garantias reais (em conjunto, “Garantias”), observados os termos e condições previstos no “Contrato de Compartilhamento de Garantias”, que regula o compartilhamento das Garantias entre os Debenturistas e os titulares das debêntures da Primeira Emissão (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”), celebrado nesta data pelo Agente Fiduciário, na qualidade de agente fiduciário da Primeira Emissão e da Segunda Emissão:

5.7.1. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora, nos termos do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia” (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora”), celebrado entre a TPI Log, a Triunfo Participações (na qualidade de sucessoras da Maris Gaudim Empreendimentos e Participações S.A. e Starport Participações Ltda., conforme reorganização societária realizada no âmbito da Reestruturação Societária Permitida, conforme descrita no Anexo III da escritura da Primeira Emissão) e a Bakmoon, com a interveniência e anuência da Emissora e do Agente Fiduciário, por meio do qual a TPI Log, a Triunfo Participações e a Bakmoon alienaram a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade, incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Cláusula VII;



5.7.2. Alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora, nos termos do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia” (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis”), celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora alienou e transferiu a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos bens cujo valor de aquisição seja acima de R\$100.000,00 (cem mil reais), conforme indicados no Anexo I do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, sendo certo que tal garantia inclui, ainda, as indenizações decorrentes de sinistros pagos pelas seguradoras, nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis;

5.7.3. Alienação fiduciária de imóveis de propriedade da Emissora, nos termos do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia” (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis”) celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora alienou e transferiu a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos imóveis registrados nas matrículas descritas no Anexo I do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, sendo certo que tal garantia inclui, ainda, as indenizações decorrentes de desapropriação e sinistros pagos pelas seguradoras, nos termos do Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis;

5.7.4. Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito decorrentes de contratos da Emissora, da Iceport e da Teconnave (estas duas, em conjunto, “Garantidoras”) e da totalidade dos direitos emergentes da Autorização (conforme definido na Cláusula 7.2, item “i” abaixo), nos termos do “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito e Direitos Emergentes, Administração de Contas e Outras Avenças” (“Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis”), celebrado entre a Emissora, a Iceport, a Teconnave, o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco administrador, e o Agente Fiduciário, por meio do qual a Emissora, a Iceport e a Teconnave alienaram e transferiram a propriedade fiduciária, o domínio resolúvel e a posse indireta dos direitos de crédito e dos direitos emergentes de sua titularidade, conforme descritos no Anexo I do Primeiro Aditamento ao Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis;

5.7.5. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Iceport, nos termos do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia” (“Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Iceport”), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Iceport, por meio do qual a Emissora alienou a totalidade das ações de emissão da Iceport de sua titularidade, incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura; e



5.7.6. Alienação fiduciária da totalidade das ações da Teconnave, nos termos do “Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações em Garantia” (“Segundo Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Teconnave”), celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário e a Teconnave, por meio do qual a Emissora alienou a totalidade das ações de emissão da Teconnave de sua titularidade, incluindo quaisquer direitos e benefícios relacionados às ações, os quais somente serão utilizados em caso de declaração de vencimento antecipado, conforme previsto na Escritura.

5.8. Publicidade. Observados os prazos especificados na presente Escritura, todos os atos e decisões que vierem a envolver interesses dos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal “Diário Catarinense” e no “Diário Oficial do Estado de Santa Catarina”, e por meio da página na rede mundial de computadores da Emissora (<http://www.portonave.com.br>), devendo esta avisar o Agente Fiduciário, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis, da realização de qualquer publicação. Os avisos deverão ser comunicados sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias úteis contados da data da publicação do aviso aos Debenturistas em questão. A Emissora poderá alterar os jornais de publicação por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

## CLÁUSULA VI

### DA COMPRA OU RESGATE DE TÍTULOS PELA EMISSORA

6.1. Aquisição Facultativa. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou ao saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), desde que observadas as regras expedidas pela CVM, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei nº 6.404/76.

6.1.1. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em Circulação da respectiva Série.

6.2. Resgate Antecipado Facultativo. As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade, em moeda corrente nacional (“Resgate Antecipado Facultativo”), a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos



Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando a data do Resgate Antecipado Facultativo e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, mediante pagamento (i) do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), acrescido da respectiva Atualização Monetária, bem como da respectiva Remuneração, conforme aplicável às Debêntures em Circulação da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior da respectiva Série, conforme aplicável, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo; e (ii) do Preço de Término Antecipado (conforme definido na Cláusula 6.5 abaixo).

6.2.1. Fica estabelecido que para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá conforme as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

6.3 Amortização Antecipada Facultativa. A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo, parcialmente, em moeda corrente nacional, em até 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável) à época da amortização, acrescido da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1 ("Amortização Antecipada Facultativa"), mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas a ser amplamente divulgada nos termos da Cláusula 5.8 desta Escritura, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Facultativa.

6.3.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso) a ser amortizada, acrescido: (a) da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável; (b) da respectiva Remuneração, conforme aplicável às Debêntures em Circulação da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior da respectiva Série, conforme aplicável, até a data da Amortização Antecipada Facultativa; e (c) do Preço de Término Antecipado.

6.3.2. Na comunicação prevista na Cláusula 6.3 deverá constar: (a) a data da Amortização Antecipada Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável) que será amortizado nos termos desta Cláusula, a ser definido a exclusivo critério da Emissora, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável) à época da amortização, acrescido da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável; (c) o valor da



Amortização Antecipada Facultativa; (d) do Preço de Término Antecipado; e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Facultativa.

6.3.3. Caso ocorra a Amortização Antecipada Facultativa de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, esta seguirá as normas e procedimentos adotados pela CETIP.

6.4. Amortização Antecipada Obrigatória. Exclusivamente na hipótese prevista na Cláusula 8.1.2, item “b”, do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos em Garantia e do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia, as Debêntures, a critério dos Debenturistas reunidos em AGD, deverão ser obrigatoriamente amortizadas antecipadamente, até o limite do montante depositado na Conta Centralizadora Portonave a título de Indenização(ções) Emergente(s) (tudo conforme definido em cada um dos respectivos instrumentos) e, em nenhuma hipótese, por valor superior a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), acrescido da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável, amortização essa que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1 (“Amortização Antecipada Obrigatória”), mediante comunicação do Agente Fiduciário à Emissora, com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Antecipada Obrigatória.

6.4.1. Por ocasião da Amortização Antecipada Obrigatória, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme o caso) a ser amortizada, acrescido (a) da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável; (b) da respectiva Remuneração, conforme aplicável às Debêntures em Circulação da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data da Amortização Antecipada Obrigatória; e (c) do Preço de Término Antecipado.

6.4.2. Na comunicação prevista na Cláusula 6.4 deverá constar: (a) a data da Amortização Antecipada Obrigatória; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou do saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), acrescido da respectiva Atualização Monetária, conforme aplicável, que será amortizado nos termos desta Cláusula; (c) o valor da Amortização Antecipada Obrigatória; (d) o valor do Preço de Término Antecipado; e (e) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Antecipada Obrigatória.

6.4.3. Caso ocorra a Amortização Antecipada Obrigatória de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, esta seguirá as normas e procedimentos adotados pela CETIP.



6.5. Preço de Término Antecipado por Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa, Amortização Antecipada Obrigatória ou Vencimento Antecipado das Debêntures.

6.5.1. Nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série ou de Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures da Primeira Série ou de Amortização Antecipada Obrigatória ou de Vencimento Antecipado das Debêntures da Primeira Série, a Emissora deverá pagar o valor remanescente devido aos Debenturistas da Primeira Série, somado a uma penalidade (“Preço de Término Antecipado das Debêntures da Primeira Série”) sobre o valor resgatado ou amortizado, de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, multiplicado pelo prazo médio remanescente da Emissão.

6.5.2. Nas hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série ou de Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série ou de Amortização Antecipada Obrigatória das Debêntures Segunda Série e da Terceira Série ou Vencimento Antecipado das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, a Emissora deverá pagar aos Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série um montante equivalente a um percentual calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme o caso, atualizado pela Atualização Monetária das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme aplicável (respectivamente, “Preço de Término Antecipado das Debêntures da Segunda Série” e “Preço de Término Antecipado das Debêntures Terceira Série” e, em conjunto com o Preço de Término Antecipado das Debêntures da Primeira Série, “Preço de Término Antecipado”), sendo que o percentual referido nesta Cláusula 6.5.2 será definido pelos Debenturistas reunidos em AGD convocada especialmente para esse fim, observado o disposto na Cláusula 6.5.2.1 abaixo.

6.5.2.1. Para os fins do disposto na Cláusula 6.5.2 acima, a Emissora deverá enviar ou publicar solicitação aos Debenturistas (“Solicitação”) com 10 (dez) dias úteis de antecedência da data prevista para envio ou publicação dos comunicados previstos nas Cláusulas 6.2, 6.3 e 6.4 acima, conforme o caso, solicitando que se reúnam em AGD para definir o percentual mencionado na Cláusula 6.5.2 acima no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de envio ou publicação da Solicitação.

6.5.2.2. Na Solicitação deverá constar: (i) a previsão da data do Resgate Antecipado Facultativo, da Amortização Antecipada Facultativa ou da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso; (ii) as demais informações previstas nas Cláusulas 6.2, 6.3.2 e 6.4.2 acima, conforme o caso; e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo, da Amortização Antecipada Facultativa ou da Amortização Antecipada Obrigatória, conforme o caso.

*pmi*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

*[assinatura]*

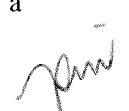



DIRETORIA  
TRIUNFO  
JURÍDICO

6.5.2.3O Preço de Término Antecipado das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme o caso, informados nas comunicações previstas nos itens acima está sujeito a alteração até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo, Amortização Antecipada Facultativa, Amortização Antecipada Obrigatória ou Vencimento Antecipado das Debêntures da Segunda Série e da Terceira Série, conforme o caso, sendo o valor definitivo demonstrado pelos Debenturistas da Segunda Série e da Terceira Série no momento da liquidação das Debêntures.

## CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático. Observado o disposto na Cláusula 7.3, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, do Preço de Término Antecipado e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora de qualquer obrigação pecuniária perante os Debenturistas da Emissão, prevista nesta Escritura;
- b. (i) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; (ii) pedido de aut falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; (iii) decretação de falência da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora; ou (iv) se a Emissora e/ou qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, da Emissora propuserem plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores;
- c. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, se não devidamente elidido no prazo legal;
- d. caso a Emissora dê aos recursos captados por meio da Oferta Restrita destinação distinta à estabelecida nesta Escritura;
- e. não cumprimento de qualquer decisão arbitral ou judicial contra a Emissora e/ou qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela

Emissora, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), ou valor equivalente em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento, exceto na medida em que tenham sido (i) apresentadas garantias suficientes em juízo, no prazo legal; (ii) constituídas provisões para o seu pagamento; ou (iii) suspensos os efeitos da respectiva decisão, em razão de recurso interposto pela Emissora;

- f. participação pela Emissora em qualquer operação que faça com que as declarações e garantias prestadas nesta Escritura deixem de ser verdadeiras ou que resulte na violação de qualquer obrigação assumida pela Emissora nesta Escritura;
- g. sem prévia autorização dos Debenturistas, celebração, pela Emissora e/ou por qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, de contratos de mútuo, exceto os celebrados (i) na qualidade de devedora, com pessoas jurídicas componentes do seu grupo econômico, desde que o pagamento de tais contratos esteja totalmente subordinado ao pagamento integral das Obrigações Garantidas; e (ii) na qualidade de credora, com a Iceport e/ou com a Teconnave, desde que em valor inferior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);
- h. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, independentemente de valor, assumida em qualquer documento ou contrato não relacionado às Debêntures (tais como, mas não limitado a contratos de empréstimo, financiamentos, entre outros) firmado com os Debenturistas, desde que tal inadimplemento não seja sanado dentro dos prazos de cura ou retificação previstos nos respectivos instrumentos, caso aplicáveis;
- i. não cumprimento, na data prevista, de obrigação pecuniária da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora em valor que exceda, individualmente ou de forma conjunta, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais), assumida em qualquer documento ou contrato firmado com terceiros, respeitado o prazo de cura previsto no respectivo contrato;
- j. cancelamento, revogação ou rescisão pela Emissora, por qualquer de seus acionistas e/ou por quaisquer de suas sociedades controladas, dos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e/ou desta Escritura, ou caso as Debêntures tornem-se inválidas, ineficazes ou inexecutáveis contra a Emissora, quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas por decisão judicial ou arbitral, ou caso a exequibilidade de qualquer desses instrumentos seja contestada pela Emissora, por quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas, ou ainda, caso a Emissora, quaisquer de seus



acionistas ou sociedades controladas negue ter responsabilidade sobre quaisquer desses instrumentos;

- k. alteração do atual controle acionário da Emissora, direto ou indireto, sem aprovação prévia dos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto na Cláusula 10.6, aprovem referida alteração;
- l. sem prejuízo do disposto na alínea anterior, liquidação, dissolução, cisão, fusão, incorporação ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, excetuadas a cisão, a fusão e a incorporação, quando previamente aprovadas pelos Debenturistas reunidos em AGD especialmente convocada para esse fim, observado o quórum previsto na Cláusula 10.6, e quando realizadas no âmbito da Reorganização Permitida. Para fins desta Escritura, “Reorganização Permitida” significa a reorganização societária da Emissora descrita no Anexo II desta Escritura;
- m. transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404/76;
- n. venda, transferência ou alienação de ativos ou participações societárias da Emissora e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora cujo valor agregado seja superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais), na Data de Emissão, sem a prévia autorização dos Debenturistas, exceto (i) na medida em que tais ativos sejam substituídos por outros de idêntica finalidade, ou (ii) caso sejam dados em garantia ativos a serem adquiridos após a Data de Emissão;
- o. redução de capital social da Emissora para um valor inferior a R\$66.116.000,00 (sessenta e seis milhões, cento e dezesseis mil reais) e/ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora após a Data de Emissão e/ou resgate de ações pela Emissora, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, em AGD especialmente convocada para esse fim;
- p. pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista se (i) o Índice de Cobertura de Serviço da Dívida, definido e calculado conforme alínea “p” da Cláusula 7.2 abaixo, for inferior a 1,3 (um inteiro e três décimos); ou (ii) a Emissora estiver em mora com relação ao pagamento de qualquer valor devido aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura; e



- q. vencimento antecipado, por qualquer razão, das debêntures objeto da Primeira Emissão da Companhia.





7.2. Hipóteses de Vencimento Antecipado por Decisão de Assembleia Geral de Debenturistas. Observado o disposto na Cláusula 7.3, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) dias úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos abaixo, a AGD para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quórum específico estabelecido na Cláusula 7.2.1, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura e/ou nos Contratos de Garantia, não sanada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da data do descumprimento, sendo certo que o prazo de 10 (dez) dias úteis previsto nesta alínea não se aplica a qualquer outra hipótese desta Cláusula 7.2;
- b. alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras que, a critério dos Debenturistas, afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures;
- c. (c.i) descumprimento, por parte da Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, de leis, normas, regulamentos, durante a vigência das Debêntures, que afetem ou que possam afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura, em especial a não apresentação, à Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ (“ANTAQ”), de informações previstas na regulamentação em vigor, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Emissora na esfera judicial ou administrativa e exceto se tais leis, normas ou regulamentos estiverem com sua exigibilidade e/ou efeitos suspensos por decisão judicial ou administrativa; (c.ii) aplicação de multa, pela ANTAQ, em valor unitário igual ou superior R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e/ou (c.iii) instauração de procedimento administrativo, pela ANTAQ, que tenha por objeto o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização;
- d. descumprimento, pela Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras de qualquer obrigação pecuniária prevista nos Contratos de Garantia;
- e. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, exceto caso a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, conforme o caso, obtenha decisão que permita a regular continuidade das



atividades do Terminal dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão da autorização ou licença relevante em questão ou haja previsão legal ou regulamentar expressa autorizando a Emissora e/ou de qualquer das Garantidoras, conforme o caso, a prosseguir com suas atividades no caso de não renovação da autorização ou licença. Revogados, suspensos ou reconsiderados os efeitos da Decisão (conforme definido abaixo), a hipótese de vencimento antecipado não automático prevista nesta Cláusula restará imediatamente caracterizada;

- f. provarem-se falsas, insuficientes, incorretas ou inconsistentes qualquer declaração feita pela Emissora e/ou por qualquer das Garantidoras nesta Escritura, ou por quaisquer de seus acionistas ou sociedades controladas nos demais, Contratos de Garantia;
- g. autuações fiscais da Emissora ou de qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor não pago em valor unitário, seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou cujo valor agregado igual ou superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), cuja eficácia não tenha sido suspensão por decisão judicial ou contestada no devido prazo legal;
- h. protesto de títulos contra a Emissora e/ou contra qualquer sociedade sediada no Brasil ou no exterior, controlada, direta ou indiretamente, pela Emissora, cujo valor não pago em valor unitário, seja igual ou superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), ou cujo valor agregado igual ou superior a R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) ou valor equivalente em outras moedas, salvo se no prazo legal (i) o protesto tenha sido cancelado ou suspenso; (ii) tenham sido prestadas garantias em juízo em valor no mínimo equivalente ao montante protestado, ou (iii) o montante protestado for devidamente quitado;
- i. suspensão por mais de 30 (trinta) dias corridos ininterruptos, término, revogação, cassação ou anulação, por qualquer motivo, da autorização de exploração do terminal portuário de uso privado, localizado na margem esquerda do rio Itajaí-Açu, na região denominada Ponta da Divinéia, no município de Navegante, Estado de Santa Catarina ("Terminal"), cuja autorização foi outorgada à Emissora pelo Termo de Autorização nº 096 da ANTAQ, de 22 de março de 2004 ("Autorização"), exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa ("Decisão") que permita a regular continuidade das atividades do Terminal dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, ou (ii) data de recebimento, pela Emissora, de notificação comunicando o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, o que ocorrer primeiro. Revogados, suspensos ou reconsiderados os efeitos da Decisão, a hipótese de vencimento antecipado prevista nesta Cláusula estará imediatamente caracterizada;



- j. constituição de qualquer ônus, penhor, direito de garantia, arrendamento, encargo, opção, direito de preferência e restrição à transferência, gravame, ou qualquer outra restrição ou limitação que venha a afetar a livre e plena propriedade das ações de emissão da Emissora e/ou das Garantidoras, bem como dos demais direitos, bens móveis e imóveis objeto das Garantias;
- k. celebração, rescisão ou aditamento a qualquer documento, inclusive acordo de acionistas, caso tal celebração, rescisão ou aditamento estabeleça ou modifique direitos de disposição sobre as ações de emissão da Emissora e/ou da Iceport e/ou da Teconnave, tais como *tag along* ou *drag along*, direitos de preferência, celebração de compromisso ou de opção de venda e de compra de ações ou de valores mobiliários conversíveis em ações;
- l. alteração nas preferências, vantagens e condições das ações de emissão da Emissora e/ou da Iceport e/ou da Teconnave, exceto pelas alterações decorrentes da Reorganização Permitida,
- m. caso sejam deliberadas em assembleia geral da Emissora quaisquer matérias que, nos termos dos artigos 136 e 137 da Lei nº 6.404/76 e/ou do Estatuto Social da Emissora, confira aos acionistas da Emissora direito de recesso/retirada;
- n. o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis não seja averbado no competente Ofício de Registro de Imóveis, dentro do prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados da data de assinatura do referido aditamento;
- o. os Aditamentos aos Contratos de Garantia, exceto o Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, não sejam averbados nos competentes Cartórios de Registro Títulos e Documentos, dentro do prazo máximo de 35 (trinta e cinco) dias corridos, contados da data de assinatura do referido aditamento; e
- p. caso a Emissora deixe de manter os seguintes Índices Financeiros, os quais serão apurados trimestralmente com base nas últimas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora:

Dívida Líquida/EBITDA (i) inferior a 3,50x durante o exercício de 2014; (ii) inferior a 3,0x durante os exercícios de 2015 e 2016 e (iii) inferior a 2,50x nos demais períodos

$$\frac{\text{(EBITDA - Impostos - Variação de Capital de Giro - CAPEX não financiado / Principal + Juros)}}{1,3} > \text{("Índice de Cobertura de Serviço da Dívida")}$$

Onde:

*Handwritten signatures and stamps:*

- A large handwritten signature "Pami" in the upper right.
- A circular stamp from "DIRETORIA TRIUNFO JURÍDICO" with a signature over it.
- A handwritten signature "A" at the bottom center.
- A handwritten signature "f" at the bottom right.

**Dívida Líquida:** a soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, saldo devedor de programa de parcelamento fiscal, passivos resultantes de operações de derivativos em que a Emissora e/ou suas controladas sejam parte, dívidas contraídas com partes relacionadas que não sejam totalmente subordinadas às Debêntures, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora menos as disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo (rubricas caixa e aplicações financeiras no ativo circulante). Os casos de avais, fianças e outras garantias prestadas mantidas fora do balanço da Emissora, considerar-se-ão como dívida.

**EBITDA:** o lucro (prejuízo) líquido antes do imposto de renda e da contribuição social, adicionando-se (i) despesas não recorrentes; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto); e excluindo-se (i) receitas não recorrentes; e (ii) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice.

**Impostos:** o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período.


**Variação de Capital de Giro:** a Necessidade de Capital de Giro referido no período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue: [(+) Ativo Circulante (-) Caixa, Bancos e Aplicações Financeiras] – [Passivo Circulante (-) Dívida de Curto Prazo]

**CAPEX não financiado:** os investimentos realizados durante o referido período, deduzidos dos respectivos financiamentos desembolsados para financiamento de tais investimentos.

**Principal:** principal de dívidas pagos durante o referido período.

**Juros:** juros de dívidas pagos durante o referido período.

7.2.1. Após a realização da AGD mencionada na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário declarará antecipadamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura e exigirá dela o imediato pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescidos da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, a menos que titulares das Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, exceto pelo item “i” acima, optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações

*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  


decorrentes das Debêntures, observando-se o previsto no parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28").

7.2.2. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora, com cópia à CETIP, e ao Banco Liquidante, informando tal evento.

7.2.3. Declarado o vencimento antecipado das Debêntures, o resgate das mesmas deverá ser efetuado em até 2 (dois) dias úteis, a contar do protocolo na CETIP da carta mencionada no item acima.

7.3. Vencimento Antecipado. Observados os prazos, as formas e as condições aqui previstos, e verificada qualquer das hipóteses previstas na Cláusula 7.1 ou, após a decisão dos Debenturistas, reunidos em AGD, nos termos da Cláusula 7.2, para a declaração do vencimento antecipado para as hipóteses previstas na Cláusula 7.2, o Agente Fiduciário deverá, de pleno direito e independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, declarar vencidas antecipadamente as Debêntures, esta Escritura ou qualquer outro instrumento relacionado à presente Emissão.

7.4. Pagamento. Ocorrendo o vencimento antecipado das Debêntures, nas hipóteses previstas nas Cláusulas 7.1 ou 7.2, acima, a Emissora pagará, conforme aqui previsto, (i) o Valor Nominal Unitário da respectiva Série (ou o saldo do Valor Nominal Unitário da respectiva Série, conforme aplicável), acrescido da respectiva Atualização Monetária, bem como da respectiva Remuneração, conforme aplicável às Debêntures em Circulação da respectiva Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a Data do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento das Debêntures em Circulação; (ii) o Preço de Término Antecipado; (iii) os Encargos Moratórios, se houver; e (iv) quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura.

## **CLÁUSULA VIII**

### **OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA**

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- a. cumprir integralmente com todas as suas obrigações previstas nos Contratos de Garantia;
- b. encaminhar ao Agente Fiduciário:

- b.1. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, e, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas de parecer de empresa de auditoria independente, a qual deve ser uma das quatro opções: KPMG, Ernst&Young, Deloitte ou PWC);
- b.2. dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias contados do encerramento dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, suas demonstrações financeiras consolidadas;
- b.3. na mesma data em que os documentos previstos nas alíneas (b.1) e (b.2) acima forem entregues ao Agente Fiduciário, cópia de demonstrativo de apuração do índice financeiro previsto na Cláusula 7.1 "n" acima, com sua respectiva memória de cálculo com declaração da Emissora, assinada por seus representantes legais, atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura e a não ocorrência de quaisquer das hipóteses de vencimento antecipado;
- b.4. dentro de 05 (cinco) dias úteis após o efetivo registro na Junta Comercial, prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas que afetem ou possam afetar os interesses dos Debenturistas;
- b.5. imediatamente, qualquer informação relacionada com a presente Emissão que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário;
- b.6. informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados na Cláusula VII acima, imediatamente após a sua ocorrência. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os titulares das Debêntures de, a seu exclusivo critério, exercer suas faculdades, pretensões e poderes, previstos na presente Escritura, inclusive o de declarar o vencimento antecipado;
- b.7. dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, relatório de acompanhamento socioambiental contendo a descrição das atividades socioambientais desenvolvidas pelas Emissora e estágio de atendimento às condicionantes estabelecidas nas licenças de operação;
- b.8. informações sobre alterações estatutárias ocorridas na Emissora dentro de, no máximo, 10 (dez) dias após as referidas alterações, que possam impactar qualquer direito dos Debenturistas da presente Emissão;

- b.9. enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM nº 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário. O referido organograma de grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas e integrantes do bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- b.10. qualquer advertência, notificação de penalidade de multa e/ou instauração de procedimento administrativo que tenha por objeto a movimentação de cargas do Terminal e que possa afetar de maneira adversa e relevante a capacidade da Companhia de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta Restrita, bem como qualquer notificação envolvendo o término, revogação, cassação, anulação ou suspensão da Autorização, enviada pela ANTAQ, em até 05 (cinco) dias do seu recebimento; e
- b.11. declaração assinada por um de seus administradores, em até 2 (dois) dias úteis antes da Data de Emissão, listando as ações judiciais, procedimentos administrativos ou arbitrais, inquérito ou outro tipo de investigação de qualquer natureza que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou afetar de forma negativa a Emissão.
- c. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76 e pela CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- d. atender integralmente as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial no artigo 17, cujas disposições estão abaixo transcritas:
- d.1. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e com a regulamentação da CVM;
- d.2. submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- d.3. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 03 (três) meses contados do encerramento do exercício social;



- d.4. manter os documentos mencionados no item (c.3) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 03 (três) anos;
- d.5. observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
- d.6. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente as Instituições Intermediárias; e
- d.7. fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- e. enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (d.3) do subitem (d) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido;
- f. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- g. arcar com todos os custos (g.1) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a: (a) todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) todos os custos com o registro e a publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (c) despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Liquidante, Escriturador Mandatário e assessores legais; e (g.2) relativos ao registro das Garantias, incluindo, mas não se limitando a todos os custos, despesas, taxas e emolumentos relativos ao registro dos Aditamentos aos Contratos de Garantia;
- h. manter contratados, durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (Cetip21) previstos nesta Escritura;
- i. efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e/ou sobre a Oferta Restrita e que sejam de responsabilidade da Emissora;

- j. convocar a AGD para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- k. comparecer às AGD sempre que solicitado e convocado nos prazos previstos nesta Escritura;
- l. manter em adequado funcionamento um órgão responsável por atender, de forma eficiente, os Debenturistas desta Emissão, prestando as informações e esclarecimentos necessários relativos às Debêntures e à Emissora, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- m. não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- n. notificar o Agente Fiduciário, em 2 (dois) dias úteis, sobre qualquer ato ou fato que (a) ocasione a interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou das Garantidoras; ou (b) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora e/ou das Garantidoras; ou (c) a critério da Emissora, cause alteração substancial, nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora e/ou das Garantidoras que possa impossibilitar ou dificultar o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura;
- o. efetuar o pagamento de todas as despesas razoáveis e devidamente comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares das Debêntures ou para realizar seus créditos, em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura;
- p. efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- q. observados os termos dos Contratos de Garantia, não dar as ações e nem os bens alienados fiduciariamente, nos termos da Cláusula 5.7 desta Escritura, em garantia ou transferir os direitos cedidos fiduciariamente, nos termos da Cláusula 5.7 desta Escritura, sem prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- r. guardar, pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da presente data, toda a documentação relativa à Emissão;
- s. cumprir, em todos os aspectos relevantes, com todas as obrigações decorrentes da legislação e da regulamentação brasileira aplicável, incluindo manutenção de todas as



licenças, da Autorização e demais aprovações e requerimentos societários, governamentais, legais ou regulamentares aplicáveis;

- t. cumprir, em seus aspectos relevantes, o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- u. observar estritamente a legislação e regulamentação tributária aplicável, mantendo-se em situação de regularidade perante autoridades governamentais ou fiscais, bem como efetuar o pontual pagamento de tributos que sejam devidos ou que devam ser recolhidos, exceto se a exigibilidade do tributo ou de seu pagamento esteja suspensa por decisão judicial ou administrativa ou nos termos da legislação ou regulamentação aplicável;
- v. manter atualizadas todas as certidões negativas expedidas pelos órgãos ambientais que fiscalizam as suas atividades, incluindo, sem limitação, a Fundação do Meio Ambiente - FATMA; e
- w. manter a Autorização em conformidade com os requerimentos da ANTAQ; e
- x. não vender, transferir, alienar e/ou dar em garantia as ações de emissão da Iceport e Teconnave de propriedade da Emissora, nem os demais direitos, bens móveis e imóveis objeto das Garantias.

#### **CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO**

9.1. Nomeação. A Emissora nomeia e constitui Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificado, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei nº 6.404/76, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

9.2. Declarações. O Agente Fiduciário declara:



- a. não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o artigo 10 da Instrução CVM nº 28 e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- b. não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28;
- c. aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- d. aceitar integralmente os termos da presente Escritura e nos Contratos de Garantia, todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações nela contidas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;
- e. estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações nela previstas;
- f. estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- g. que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- h. que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- i. ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- j. estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e outras autoridades competentes;
- k. não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- l. que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- m. estar ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e demais autoridades competentes;



- n. que é instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- o. que verificou a regularidade da constituição das garantias previstas nos Contratos de Garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade; e
- p. que não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto aquelas descritas no Anexo I desta Escritura.

9.3. Substituição. Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, AGD da presente Emissão, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria AGD que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.4.

9.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

9.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em AGD especialmente convocada para esse fim.

9.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM nº 28, e eventuais normas posteriores.

9.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a AGD desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

9.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura, averbado na JUCESC.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data desta Escritura, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

9.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de aviso, de acordo com a Cláusula 5.8.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados pela CVM, em especial a Instrução CVM nº 28.

9.4. Deveres e Atribuições. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- b. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- c. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e. promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, bem como o registro dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;



- g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h. verificar a regularidade da constituição das Garantias, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- i. solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora ou de outras comarcas que entender necessário, inclusive da localidade onde se situam os bens imóveis objeto da Alienação Fiduciária de Imóveis;
- j. solicitar, a expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, e desde que permitido pela legislação aplicável;
- k. convocar, quando necessário, a AGD da presente Emissão, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos termos da Cláusula 5.8, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei nº 6.404/76, da regulamentação aplicável e desta Escritura;
- l. comparecer à AGD, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas e enviar à CETIP, no mesmo dia, sumário das deliberações tomadas e, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, cópia da ata da referida assembleia;
- m. elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b”, da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
  - m.1. eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;
  - m.3. comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
  - m.4. posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;



- m.5. resgate, amortização, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
- m.6. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
- m.7. relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- m.8. cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura; e
- m.9. declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de agente fiduciário;
- m.10. existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
- (m.10.1) denominação da Emissora;
  - (m.10.2) valor da emissão;
  - (m.10.3) quantidade de debêntures emitidas;
  - (m.10.4) espécie;
  - (m.10.5) prazo de vencimento das debêntures;
  - (m.10.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
  - (m.10.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período.
- n. disponibilizar o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:



- (n.1) na sede da Emissora;
  - (n.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;
  - (n.3) na CVM;
  - (n.4) na CETIP; e
  - (n.5) na sede do Coordenador Líder.
- o. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
- p. publicar, a expensas da Companhia, mediante aprovação prévia de orçamento, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que relatório a que se refere a alínea “m” acima ou informá-los que o referido relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- q. manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, com endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste item, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive, referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debenturistas;
- r. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Compartilhamento de Garantias, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- s. notificar os Debenturistas, individualmente, se possível individualmente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser:
- (r.1) à CVM;
  - (r.2) à CETIP;



(r.3) ao Banco Central do Brasil, quando se tratar de instituição por ele autorizada a funcionar; e

(r.4) à Emissora.

- t. divulgar as informações referidas na Cláusula 9.4(m)(10) em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento;
- u. intimar a Emissora a reforçar a Garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- v. assegurar, nos termos do parágrafo 1º do artigo 10 da Instrução CVM 28, tratamento equitativo a todos os debenturistas das emissões de debêntures indicadas no Anexo I a presente Escritura, bem como aos Debenturistas da Emissão.

9.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula VII:

- a. declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b. tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- c. requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira;
- d. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial ou extrajudicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências, recuperação judicial e extrajudicial; e
- e. excutir as Garantias, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas.

9.5.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas “a”, “b”, “c”, e “e” da Cláusula anterior, se, convocada a AGD, aquela assim o autorizar, nos termos desta Escritura e da Instrução CVM nº 28. Para a hipótese prevista na



alínea “d”, da Cláusula anterior, bastará a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1.

9.6. Remuneração. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura, a seguinte remuneração:

- a. parcelas anuais de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada uma, sendo a primeira devida no 5º (quinto) dia útil após a data de assinatura desta Escritura e as demais no mesmo dia dos meses subsequentes até o vencimento das Debêntures, ou enquanto o Agente Fiduciário estiver no exercício das atividades de representação dos Debenturistas;
- b. as parcelas referidas acima serão atualizadas, anualmente, de acordo com a variação acumulada do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente calculada *pro rata temporis*;
- c. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 2% (dois por cento) sobre o saldo devido;
- d. o pagamento das parcelas de remuneração descritas acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescidos dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social) incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes;
- e. as remunerações do Agente Fiduciário acima elencadas não incluem as despesas com publicações, notificações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante reembolso, após prévia aprovação, apresentação de relatório de despesas e devida comprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;



- f. caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por hora homem de trabalho dedicado à (a) a assessoria aos titulares das Debêntures, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os titulares das Debêntures, (c) a implementação das consequentes decisões dos titulares das Debêntures e da Emissora, e para (d) a execução das Garantias ou das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga pela Emissora ao Agente Fiduciário no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a entrega do relatório demonstrativo de tempo dedicado;
- g. a remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

9.7. Despesas. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

9.7.1. O ressarcimento a que se refere a Cláusula anterior será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega pelo Agente Fiduciário, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.2. Em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer, para resguardar os interesses dos Debenturistas desta Emissão, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas desta Emissão e, posteriormente, conforme previsto em lei e na Instrução CVM 28, ressarcidas pela Emissora. Os recursos para o pagamento de tais despesas, a serem adiantados pelos Debenturistas desta Emissão, incluem, também, gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas da presente Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, decorrentes da sucumbência em ações judiciais, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas da presente Emissão, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência, por um período superior a 30 (trinta) dias, com relação ao pagamento destas.

9.7.3. Excluem-se das obrigações de antecipação de recursos estipuladas na Cláusula anterior os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, ficando desde já estipulado que caberá aos demais Debenturistas arcar com tal ônus, devendo os Debenturistas então impedidos por lei de efetuar tais

antecipações reembolsar os demais Debenturistas quando receberem os valores devidos pela Emissora.

9.7.4. As despesas a que se refere a Cláusula 9.7 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a. publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- b. extração de certidões;
- c. locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- d. eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

9.7.6. O Agente Fiduciário responde perante os Debenturistas pelos prejuízos que lhes causar por culpa ou dolo no exercício de suas funções.

## **CLÁUSULA X**

### **ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS**

10.1. À Assembleia Geral de Debenturistas (“AGD”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei nº 6.404/76.

10.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em AGD, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

10.3. Convocação. A AGD pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, ou pela CVM.

10.3.1. A AGD deverá ser realizada no prazo máximo de 8 (oito) dias, contados da primeira convocação, e no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da segunda convocação.

10.3.2. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à AGD ou do voto proferido na respectiva AGD.

10.4. Quórum de Instalação. A AGD instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quórum, observando-se que será considerada regular a AGD a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

10.4.1. Para os fins desta Escritura, para efeito de apuração de quórum, consideram-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures emitidas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

10.5. Mesa Diretora. A presidência e a secretaria da AGD caberão aos Debenturistas eleitos pelos titulares das Debêntures, ou àqueles designados pela CVM.

10.6. Quórum de Deliberação. Nas deliberações da AGD, a cada Debênture caberá 1 (um) voto. As deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, com exceção da modificação (i) da Data de Vencimento das Debêntures, (ii) das condições de pagamento da Amortização das Debêntures, (iii) das condições de cálculo e pagamento da Remuneração; (iv) liberação, substituição e/ou reforço das Garantias; ou (v) que altere qualquer quórum de deliberação da AGD previsto na presente Escritura, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem 95% (noventa e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto na Cláusula 10.6.1.

10.6.1. Para os fins de apuração do quórum de deliberação em qualquer AGD da presente Emissão, ou que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob o controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras de referidas sociedades, serão excluídos os votos em branco, as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, bem como dos administradores de referidas sociedades.

## CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data de assinatura desta Escritura, que:

- a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada de acordo com as leis brasileiras, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura, os Aditamentos aos Contratos de Garantia, o Contrato de Compartilhamento de Garantias e a cumprir com todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios, contratuais e estatutários necessários para tanto e, tendo em vista que a realização da Emissão e a constituição das garantias não comprometerão a operacionalização e a continuidade dos serviços prestados pela Emissora, não há qualquer restrição emanada do poder concedente, de agência reguladora ou de qualquer órgão fiscalizador da Autorização para a realização da Emissão ou para a constituição das garantias;
- c) a celebração desta Escritura, dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura, nos Aditamentos aos Contratos de Garantia e no Contrato de Compartilhamento de Garantias não infringem a Autorização ou qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- d) os representantes legais que assinam esta Escritura, os Aditamentos aos Contratos de Garantia e o Contrato de Compartilhamento de Garantias têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações aqui e ali estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- e) a celebração desta Escritura, dos Aditamentos aos Contratos de Garantia, do Contrato de Compartilhamento de Garantias e o cumprimento de suas obrigações neles previstas (i) não infringem nem resultam em vencimento antecipado ou na rescisão de qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora perante terceiros; (ii) não infringem qualquer disposição legal; (iii) não resultam na criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pelos ônus constituídos nos termos dos Contratos de Garantia; (iv) não infringem qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; (v) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;



- f) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCESC, o registro das Debêntures na CETIP e o registro das Garantias, nos termos desta Escritura;
- g) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais e pela ANTAQ para o exercício de suas atividades, sendo que até a presente data a Emissora não tem ciência nem foi notificada acerca de qualquer procedimento administrativo, inquérito ou outro tipo de investigação governamental ou de qualquer procedimento judicial que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas, ou a intervenção, revogação ou cancelamento da Autorização;
- h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012, bem como aquelas referentes ao período encerrado em 30 de setembro de 2013, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora;
- i) está cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, os contratos, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e/ou das controladas, exceto por aqueles que (i) não possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia; ou (ii) questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- j) exceto pelas ações do capital social da Companhia dadas em garantia nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações da Emissora e pelos direitos creditórios de propriedade da Iceport e da Teconnave dados em garantia nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis, todos os bens e direitos objeto dos Contratos de Garantia são de sua legítima e exclusiva propriedade/titularidade, e estão livres e desembaraçados de quaisquer constrições ou ônus, encargos e/ou gravames, diminuições ou restrições de qualquer natureza, exceto por aqueles constituídos no âmbito da Primeira Emissão e objeto de compartilhamento com a presente Emissão;



- k) as informações fornecidas pela Companhia por ocasião da Oferta Restrita (consideradas como um todo), incluindo, mas não se limitando às informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta Restrita, das Debêntures, da Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e suas coligadas, suas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- l) não omitiu quaisquer fatos relevantes em relação à Companhia, suas controladas, diretas ou indiretas, e coligadas, ou às Debêntures que sejam de seu conhecimento, cuja omissão, no contexto da Oferta Restrita, faça com que qualquer declaração ou informação fornecida aos investidores seja materialmente enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- m) está em dia com pagamento de todas as obrigações municipal, estadual e federal de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- n) exceto conforme informado ao Agente Fiduciário nos termos do item (b.11) da Cláusula 8.1 acima, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação de qualquer natureza que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, suas controladas ou coligadas, em suas condições financeiras ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura ou afetar de forma negativa a Emissão;
- o) esta Escritura constitui obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- p) possui todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- q) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- r) tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures de sua emissão dentro do prazo de 04 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM;



- s) manterá os seus bens adequadamente seguros, conforme prática de mercado, junto a seguradoras de reconhecida capacidade financeira no mercado brasileiro; e
- t) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade pela Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

11.3. As declarações prestadas pela Emissora nesta Escritura subsistirão até o pagamento integral das Debêntures, ficando cada um deles responsáveis por eventuais danos que decorram da inveracidade ou inexatidão destas declarações.

## CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações. As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio ou por telegrama, nos endereços constantes abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem:

a. Para a Emissora:

**Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes**

Avenida Portuária Vicente Coelho, nº 1

CEP: 88.370-904, Navegantes, SC

At. Osmari Castilho

Telefone: (47) 2104 3300

Fax: (47) 2104 3301

E-mail: ocastilho@portonave.com.br

b. Para o Agente Fiduciário:

**Planner Trustee DTVM Ltda.**

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, 10º andar

CEP: 04538-132, São Paulo, SP

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Tel: (11) 2172 2628

Fax: (11) 3078 7264



E-mail: [vrodriques@planner.com.br](mailto:vrodriques@planner.com.br)

[tlima@planner.com.br](mailto:tlima@planner.com.br)

[fiduciario@planner.com.br](mailto:fiduciario@planner.com.br)

c. Para o Banco Liquidante:

**Itaú Unibanco S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar  
CEP 04309-010

São Paulo, SP

At. Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: (11) 5029 1910

Fac-símile: (11) 5029 1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

d. Para o Escriturador Mandatário:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar  
CEP 04309-010

São Paulo, SP

At. Sra. Claudia Vasconcellos

Telefone: 11) 5029 1910

Fac-símile: (11) 5029 1920

E-mail: [claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br](mailto:claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br)

e. Para a CETIP:

**CETIP S.A. – Mercados Organizados**

Av. República do Chile, nº. 230, 11º andar

CEP: 20031-170

Rio de Janeiro, RJ

Telefone: (21) 2276-7474

Fac-símile: (21) 2252-4308/ 2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº. 1.663, 4º andar

CEP 01452-001

São Paulo, SP

Telefone: (11) 3111-1596

Fac-símile: (11) 3115-1564





E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.1. As comunicações serão consideradas entregues na data de seu recebimento, quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

12.1.2. As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 05 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada ao Banco Liquidante, ao Agente Fiduciário e à Escriturador Mandatário pela Emissora.

12.2. Renúncia. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas desta Emissão, em razão de qualquer inadimplemento da Emissora, prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedentes, no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica. A presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações neles encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

12.5. Irrevogabilidade e Irretratabilidade. A presente Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento de quaisquer dos requisitos relacionados na Cláusula II, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

12.6. Independência das Cláusulas. Caso uma ou mais Cláusulas da presente Escritura sejam consideradas inválidas, ilegais, ineficazes ou inexecutáveis, em qualquer aspecto, as demais Cláusulas aqui previstas permanecerão válidas, legais, eficazes e executáveis, até o cumprimento integral, pelas Partes, de suas obrigações, nos termos desta Escritura.

12.7. Correção de Valores. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações estabelecidas nesta Escritura, os respectivos valores de referência serão corrigidos pelo Índice de Preços ao



das, as Partes.

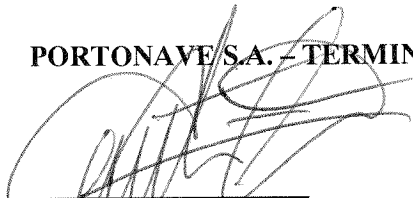
São Paulo, 09

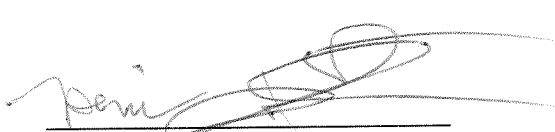
pmi



[PÁGINA DE ASSINATURAS DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM TRÊS SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES]

**PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES**

  
Nome: Osmari de Castilho Ribas  
Cargo: Diretor Superintendente Administrativo  
RG nº: 3.257.325-8 PR


  
Nome: Rene Duarte e Silva Junior  
Cargo: Diretor Superintendente Operacional  
RG nº: 28.534.336-1-SP

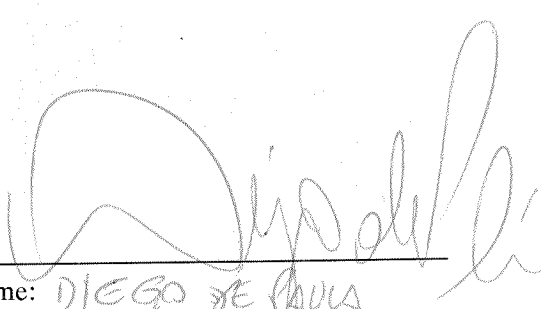
**PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.**

  
Nome: Viviane Rodrigues  
Cargo: Diretora

  
Nome: Estevam Borali  
Cargo: Procurador

**TESTEMUNHAS**

1.   
Nome: MARCELLA NIEMEYER  
RG nº: 39407886-3

2.   
Nome: DIEGO DE PAULA  
RG nº: 5109734-6

## **ANEXO I**

*AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM TRÊS  
SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES*

### **INFORMAÇÕES SOBRE OUTRAS EMISSÕES**

Nos termos do parágrafo 2º do artigo 10 da Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário declara que além desta Emissão, atua nas seguintes emissões de debêntures:

**A) 1ª Emissão de Debêntures da Empresa Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes, que possui as seguintes características:**

<b>Valor da Emissão:</b>	R\$ 250.000.000,00
<b>Quantidade de Debêntures emitidas:</b>	2.500 (duas mil e quinhentas)
<b>Espécie:</b>	As debêntures são da espécie quirografária, e adicionalmente contam com garantia real
<b>Prazo de Vencimento das Debêntures</b>	As debêntures terão prazo de 60(sessenta) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 11 de julho de 2017
<b>Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:</b>	(a) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Emissora; (b) Alienação fiduciária de bens móveis de propriedade da Emissora; (c) Alienação Fiduciária de imóvel de propriedade da Emissora, (d) Cessão fiduciária da totalidade dos direitos de crédito decorrentes de contratos da Emissora; (e) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Iceport; e (f) Alienação fiduciária da totalidade das ações da Teconnave
<b>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período</b>	<b>Resgate Antecipado:</b> As Debêntures poderão ser facultativamente resgatadas, a qualquer tempo, em sua totalidade (“ <u>Resgate Antecipado Facultativo</u> ”), a critério da Emissora, por meio de envio ou de publicação de comunicado aos Debenturistas com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência, informando a data e qualquer outra informação relevante aos Debenturistas, mediante pagamento (i) de seu Valor




	<p>Nominal Unitário, acrescido da Remuneração calculada desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate; e (ii) do Prêmio previsto na Cláusula 6.4.</p> <p><b>Amortização:</b></p> <p>A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas antecipadamente, a qualquer tempo, parcialmente, em até 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1</p> <p><b>Amortização Antecipada Obrigatória:</b></p> <p>Exclusivamente na hipótese prevista nas cláusulas 8.1.2. "b" do Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis e do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, as Debêntures, a critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral, deverão ser obrigatoriamente amortizadas antecipadamente, total ou parcialmente, até o limite de 99% (noventa e nove por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), pelo montante equivalente ao valor da(s) Indenização(ões) Emergente(s), conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Móveis, amortização essa que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.4.1.</p> <p><b>Conversibilidade:</b></p> <p>As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p><b>Repactuação:</b></p> <p>Não se aplica a presente emissão;</p> <p>Inadimplemento no período: Não aplicável</p>
--	---



**B) 2ª Emissão de Debêntures da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A – ECONORTE, que possui as seguintes características:**

<b>Valor da Emissão:</b>	R\$ 120.000.000,00
<b>Quantidade de Debêntures emitidas:</b>	120 (cento e vinte)
<b>Espécie:</b>	As debêntures são da espécie quirografária, e adicionalmente contam com garantia real
<b>Prazo de Vencimento das Debêntures</b>	As debêntures terão prazo de 72 (setenta e dois) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 10 de maio de 2017
<b>Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:</b>	(a) alienação fiduciária de 51% das ações de emissão da Emissora; (b) penhor de 2º grau de 49% das ações de emissão da Emissora, e de todos os direitos incorrentes sobre elas; (c) vinculação dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi por meio de conta centralizadora vinculada, (d) cessão fiduciária dos direitos creditórios provenientes da conta da Emissora e da conta da Rio Tibagi, e dos recebíveis da Emissora e da Rio Tibagi decorrente de certos contratos; e (e) cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão detida pela Emissora junto ao Banco do Brasil; e (g) fiança prestada por TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda.
<b>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período</b>	<p><b>Resgate Antecipado:</b> A Emissora poderá, partir da Data de Emissão, mediante deliberação do Conselho de Administração, promover o resgate, total ou parcial, das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante pagamento de seu Valor Nominal Unitário de [i] remuneração e [ii] prêmio, nos termos da Cláusula 4.13.1 da Escritura de Emissão.</p> <p><b>Amortização:</b> O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 12 parcelas semestrais consecutivas, com início em 10/11/2011 e a última em 10/05/2017.</p> <p><b>Conversibilidade:</b> As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p><b>Repactuação:</b></p>

*Handwritten signature and stamp:*  
  
*Handwritten signature: Rami*

	Não se aplica a presente emissão; <b>Inadimplemento no período:</b> Não aplicável
--	--

C) 2ª Emissão de Debêntures da Rio Canoas Energia S.A., que possui as seguintes características:

<b>Valor da Emissão:</b>	R\$ 100.000.000,00
<b>Quantidade de Debêntures emitidas:</b>	100 (cem) Debêntures, sendo 25 (vinte e cinco) debêntures da 1ª Série e 75 (setenta e cinco) debêntures da 2ª Série
<b>Espécie:</b>	As debêntures são da espécie com garantia real, e contam adicionalmente com garantia fidejussória.
<b>Prazo de Vencimento das Debêntures</b>	As debêntures da 1ª Série possuem vencimento final previsto para 22 de dezembro de 2014 e as debêntures da 2ª série possuem vencimento final previsto para 15 de dezembro de 2024
<b>Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:</b>	A presente emissão possui garantias de natureza Real, representada pela [i] penhor das ações representativas do capital social da Emissora, formalizado através de Contrato de Penhor de Ações; [ii] cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios de que a Emissora é titular, formalizado através de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Emergentes
<b>Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplemento no período</b>	<p><b>Resgate Antecipado:</b> A Emissora não poderá realizar o resgate antecipado das debêntures da 1ª série. A Emissora poderá, a qualquer tempo, após 2 (dois) anos contados da data de emissão, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures da 2ª série em circulação.</p> <p><b>Amortização:</b> O valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª série será amortizado em 01 parcela única na data de vencimento. <b>O valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª série será amortizado em 20 parcelas semestrais, sendo a primeira parcela devida em 15 de junho de 2015.</b></p> <p><b>Conversibilidade:</b> As debêntures não são conversíveis em ações da Emissora;</p> <p><b>Repactuação:</b> Não se aplica a presente emissão;</p>

*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

**DIRETORIA  
GRIJUNFO  
JURIDICO**





**E) 1ª Emissão de Debêntures da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora 0 Rio (“Concer”), que possui as seguintes características:**

Valor da Emissão:	R\$200.000.000,00
Quantidade de Debêntures emitidas:	Foram emitidas 200 (duzentas) debêntures
Espécie:	As Debêntures serão da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória.
Prazo de Vencimento das Debêntures	As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se portanto em 16 de junho de 2018.
Tipo e Valor dos bens dados em Garantia e denominação dos Garantidores:	<p>As debêntures contam com garantias fidejussória e reais, representadas por: (i) penhor de 100% (cem por cento) das ações representativas do capital social da Concer; (ii) alienação fiduciária de 100% (cem por cento) das quotas representativas do capital social da Rio Bonito; (iii) cessão fiduciária de todos os direitos creditórios devidos pela Emissora em favor da Rio Bonito, oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Manutenção e Conservação de Rodovia, Inspeção de Tráfego com Monitoramento da Rodovia, Operação Rodoviária de Atendimento Médico e Mecânico, Inclusive Fornecimento de Materiais; e</p> <p>(iv) cessão fiduciária de (a) todos os direitos decorrentes do Contrato de Concessão de Serviço Público Precedido de Obra Pública PG-138/95-00, (b) todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção da malha rodoviária estadual da RODOVIA BR-040, Trecho Juiz de Fora-Rio de Janeiro; e (c) os direitos creditórios da Emissora sobre todos os valores a serem depositados e mantidos na Conta Vinculada, a qual acolherá os depósitos, diariamente efetuados pelo Banco Santander (Brasil) S.A.</p>
Eventos de Resgate, Amortização, Conversão, Repactuação e Inadimplimento no período	<p><b>Resgate Antecipado:</b> A Concer poderá, a partir da data de emissão, resgatar antecipadamente a totalidade das debêntures em circulação.</p> <p><b>Oferta de Resgate:</b> A Concer poderá, a seu exclusivo critério, mediante o envio</p>



	<p>de comunicação escrita aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) Dias Úteis da data pretendida para o resgate, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures.</p> <p><b>Amortização:</b> O valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 03 (três) pagamentos anuais, iguais e consecutivos, ocorrendo o primeiro em 16 de junho de 2016.</p> <p><b>Amortização Extraordinária:</b> A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, amortizar extraordinariamente até 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário Debêntures acrescido da Remuneração incidente sobre o valor a ser amortizado extraordinariamente.</p> <p><b>Convertibilidade:</b> As debêntures não são conversíveis em ações da Concer;</p> <p><b>Repactuação:</b> Não se aplica a presente emissão;</p> <p><b>Inadimplemento no período:</b> Não aplicável</p>
--	---



**JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/06/2014 SOB Nº: ED001554000  
Protocolo: 14/176738-3, DE 13/06/2014

Empresa: 42 3 0002831 2  
PORTONAVE S/A - TERMINAIS  
PORTUARIOS DE NAVEGANTES -

  
BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL



## Anexo II

AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES  
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE  
ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA  
PORTONAVE S.A. – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES

### **REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA PERMITIDA**

A TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. ("Triunfo"), com o objetivo de simplificar sua estrutura societária, maximizar sinergias, minimizar os custos operacionais, financeiros, administrativos e tributários relacionados ao exercício das suas atividades, conduzirá reorganização societária envolvendo as seguintes empresas integrantes de seu grupo econômico:

- (i) A TPI-LOG S.A. ("TPI-LOG"), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 10.228.616/0001-78, acionista da MG e sócia da Starport, ambas abaixo definidas;
- (ii) A Maris Gaudium Empreendimentos e Participações S.A. ("MG"), inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.524.126/0001-04, acionista da Portonave – Terminais Portuários de Navegantes S.A. ("Portonave"); e
- (iii) A Starport Participações Ltda. (atual denominação da PNP Participações Ltda.) ("Starport"), inscrita no CNPJ/MF sob no. 08.928.535/0001-39, também acionista da Portonave.

A reorganização societária pretendida envolveu a cisão parcial da TPI-LOG com versão de parte do acervo cindido para a MG e parte para a Starport e a subsequente incorporação da MG e da Starport na Portonave. A seguir, a reorganização envolverá a transferência da participação societária de titularidade direta da Triunfo na Portonave à TPI-LOG, mediante a qual a Triunfo deixará de ser titular direta de ações da Portonave. A participação societária, seja direta ou indireta, da Triunfo na Portonave foi e permanecerá mantida no mesmo percentual após a implementação da reorganização societária. A reorganização societária pretendida, quando concluída, não afetará o capital social ou a composição societária da Triunfo, envolvendo apenas as empresas mencionadas acima. A reorganização societária está e continuará sendo implementada de modo a manter a integridade do patrimônio das empresas envolvidas e o fluxo de dividendos. Os atos societários descritos acima foram realizados com base em documentação hábil e idônea, incluindo a elaboração de laudos de avaliação por empresa especializada que avaliou os ativos e passivos na cisão parcial da TPI-LOG e a incorporação da MG e Starport na Portonave e os ativos a serem transferidos pela Triunfo à TPI-LOG serão igualmente fundamentados.



JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
CERTIFICO O REGISTRO EM: 16/06/2014 SOB Nº: ED001554000  
Protocolo: 14/176738-3, DE 13/06/2014

Empresa: 42 3 0002831 2  
PORTONAVE S/A - TERMINAIS  
PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES -

BLASCO BORGES BARCELLOS  
SECRETÁRIO GERAL

